

Excelentíssimo Senhor Representante Legal da SUPRAN/IEF  
Regional de Varginha.MG

Auto de Infração de nº 066494/2007

Instituto Estadual de Floresta - MG	
Escritório Florestal S. S. do Paraíso/Sul-Varginha	
Tipo Doc	<i>Cursos Administrativos</i>
PRTEFSSP - 1015	<i>1</i>
<i>07/07/08</i>	<i>[Assinatura]</i>
Data	Nome, Legitimou Resposta (se)

**AGROPECUÁRIA BALAIO LTDA.,** empresa devidamente inscrita no CNPJ 41.731.522/0001-40, com endereço comercial sito na Rua Dr. Placidino Brigagão nº 1.093, Centro de São Sebastião do Paraíso/MG, ora representada por Daniela Rodrigues Gomes Borges, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora do CPF de nº 887.203.496-53, residente e domiciliada em São Sebastião do Paraíso, e Eudon Pedro Bonfim Rodrigues, brasileiro, casado, portador do CPF de nº 191.037.439-34 e do RG de nº 883.494-SSP-PR, residente e domiciliado à Avenida Doutor Delfim Moreira nº 1.284, Bairro Centro de São Sebastião do Paraíso.MG, já devidamente qualificada nos autos à epígrafe, vem com a devida vênia e acatamento que lhe é devido, via de seu advogado infra assinado, expor, aduzir e requerer, procedendo igualmente à presente

### **DEFESA ADMINISTRATIVA**

Em face do Auto de Infração de nº 066494/2007 e demais documentos que o integram, pelos fatos demais fundamentos a seguir delineados, sendo:



## Do Auto de Infração

Trata-se de Auto de Infração no qual consta que em 13 de maio de 2008, constatou-se que a ora autuada possui loteamento residencial denominado de Condomínio Campo Alegre em área urbana, com parcelamento de solo, numa área total de 122,67,86 há.

Que não possui referida área licenciamento ambiental ou corretivo, sendo o empreendimento considerado como grande potencial poluidor e degradador.

Ainda, que teria interferido em área de Preservação Permanente, com o soterramento de uma nascente e construção de ruas em margem de curso d'água, tudo conforme fotos retiradas no local.

## Das Defesas e Explicações Necessárias

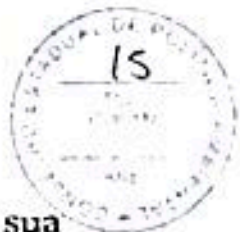
### Do Loteamento

Inicialmente, mister se faz dizer que ao contrário do mencionado no Auto de Infração de nº 066494/2007, a ora Autuada não possui o Loteamento denominado de Campo Alegre, a realidade é outra.

Há mais de 10 (dez) anos, a Autuada em contrato firmado com a empresa Araguaia Minas Ltda., realizou a parceria no sentido de implantação em área de pastagem, de um loteamento de chácaras, onde a responsabilidade pelo empreendimento seria na totalidade da empresa Araguaia Minas Ltda..

Na época do início da implantação e demais obras, todos os documentos e exigências existentes foram cumpridas, com a liberação e término integral do referido empreendimento, o qual,





posteriormente, na forma da legislação em vigor, passou a ter sua própria autonomia quando realizou-se Assembléia Geral para fins de instalar-se o Condomínio Campo Alegre.

A partir desta instalação, não mais responsabilidade possuía a ora Autuada, pois hoje o Condomínio possui suas próprias regras e regulamentos, imóveis devidamente caracterizados e escriturados individualmente !

Assim, tendo o mesmo sido implementado e terminado antes do DN 74/04, obriga-se o direito constitucional do direito adquirido, pois na época, reiteramos, nada havia que impedisse o seu regular início e implementação !

Ademais, tal inquirição já foi motivo de processo judicial, o qual já transitou em julgado, onde foi comprovado que na área em questão não existia mata ou floresta, mas sim, pastagem abandonada que não configurava crime ou tipificação penal à legislação ambiental ! *no processo*

Por fim, referido empreendimento é hoje, urbano, motivo pelo qual possui regras próprias.

E não se demonstrando em momento algum da infração ter sido cometido prejuízo à saúde ou bem-estar da população; criação adversa das atividades sociais e economias, tenha ocasionado danos relevantes à flora e fauna ou qualquer outro recurso natural, além de danos ao acervo histórico, cultura ou paisagístico, não há em que se falar de potencial poluidor !

A simples vistoria no local e imóveis de cada proprietário irá comprovar, a simples olhar, que hoje existem mais de 300% (trezentos por cento) de aumento na área verde e existência de flores e árvores do que havia anteriormente, pois era pasto de pecuária !

O aumento ambiental foi em muito superior ao estado anterior, fato sequer levado em consideração à autuação ora impugnada.

Desta forma, para o fim de se regularizar a Autuação e Infração, mister se faz a autuação hoje, não somente da empresa Agropecuária Balaio Ltda., mas também da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, que em legislação própria reconheceu como área de expansão urbana, nada promovendo contra o referido Loteamento, do CODEMA de São Sebastião do Paraíso; Araguaia Minas Ltda., que realizou as obras no local; do Condomínio Campo Alegre, que possui autonomia jurídica própria e proprietários dos lotes e imóveis do referido Condomínio, pois toda e qualquer alteração hoje no imóvel, obriga-se à autorização e concordância de seus proprietários, pelo que se requer e espera desta Regional.

### **Do Valor da Multa**

Recentemente o Superior Tribunal de Justiça entendeu que quando da aplicação de multa ambiental, deve-se antes, fazer uma perícia para que se estime efetivamente qual o dano causado, para, posteriormente, se arbitrado o valor da multa a ser aplicada!

Assim, não cabe a mensuração pela Polícia Florestal de um valor pré-determinado se não há perícia ou mesmo levantamento algum do grau e dano causado na área em questão.

### **DA AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE – O CARÁTER CONFISCATÓRIO DA MULTA LAVRADA**

Outro princípio basilar, decorrente do Estado Democrático de Direito (art. 1º da Constituição Federal), a presidir rigidamente a atuação do aparelho estatal na punição e



sancionamento de eventuais infrações administrativas é o princípio da proporcionalidade, vale dizer, da correspondência entre a conduta infratora e a sanção aplicada. Esse princípio é unanimemente acolhido na doutrina e na jurisprudência e decorre da própria finalidade das sanções administrativas. Significa que sanções desproporcionais implicam em desvio de finalidade, comportamento vedado pela Constituição Federal. Vejamos o magistério do Prof. Celso Antonio Bandeira de Mello sobre o tema (ob. cit. pp. 744/745):

"Evidentemente, a razão pela qual a lei qualifica certos comportamentos como infrações administrativas, e prevê sanções para quem nelas incorra, é a de desestimular a prática daquelas condutas censuradas ou constranger ao cumprimento das obrigatórias. Assim, o objetivo da composição das figuras infracionais e da correlata penalização é intimidar eventuais infratores, para que não pratiquem os comportamentos proibidos ou para induzir os administrados a atuarem na conformidade de regra que lhes demanda comportamento positivo. Logo, quando uma sanção é aplicada, o que se pretende com isto é tanto despertar em quem a sofreu um estímulo para que não reincida, quanto cumprir uma função exemplar para a sociedade.

Não se trata, portanto, de causar uma aflição, um "mal", objetivando castigar o sujeito, levá-lo à expiação pela nocividade de sua conduta. O direito tem como finalidade unicamente a disciplina da vida social, a conveniente organização dela, para o bom convívio de todos e bom sucesso do todo social, nisto se esgotando seu objeto. Donde, não entram em pauta intentos de "represália", de castigo, de purgação moral a quem agiu indevidamente. É claro que também não se trata, quando em pauta sanções pecuniárias – caso das multas –, de captar proveitos econômicos para o Poder Público, questão radicalmente estranha à natureza das infrações e, conseqüentemente, das sanções administrativas."

Em outro trecho, diz o mestre (ob. cit. p. 752):

18

"As sanções devem guardar uma relação de proporcionalidade com a gravidade da infração.

Ainda que a aferição desta medida inúmeras vezes possa apresentar dificuldade em ser caracterizada, em inúmeras outras, é perfeitamente clara; ou seja: há casos em que se pode ter dúvida se tal ou qual gravame está devidamente correlacionado com a seriedade da infração – ainda que se possa notar que a dúvida nunca se proporá em uma escala muito ampla, mas em um campo de variação relativamente pequeno -, de par com outros casos em que não haverá dúvida alguma de que a sanção é proporcional ou é desproporcional. É impossível no direito fugir-se a situações desta postura, e outro recurso não há para enfrentar dificuldades desta ordem senão recorrendo ao princípio da razoabilidade, mesmo sabendo-se que também ele comporta alguma fluidez em sua verificação concreta. De todo modo, é certo que, flagrada a desproporcionalidade, a sanção é inválida."

O nunca assaz pranteado Hely Lopes Meirelles preleciona no mesmo sentido ("Direito Municipal Brasileiro", 9ª ed., Malheiros, pp. 342/343):

"A proporcionalidade entre a restrição imposta pela Administração e o benefício social que se tem em vista, sim, constitui requisito específico para validade do ato de polícia, como, também, a correspondência entre a infração cometida e a sanção aplicada, quando se tratar de medida punitiva. Sacrificar um direito ou uma liberdade do indivíduo sem vantagem para a coletividade invalida o fundamento social do ato de polícia, pela desproporcionalidade da medida. Desproporcional é também o ato de polícia que aniquila a propriedade ou a atividade a pretexto de condicionar o uso do bem ou de regular a profissão. O poder de polícia autoriza limitações, restrições, condicionamentos; nunca supressão total do direito individual ou da propriedade particular, o que só poderá ser feito através de desapropriação. A desproporcionalidade do ato de polícia ou seu excesso equivale a

3





abuso de poder e, como tal tipifica ilegalidade nulificadora da ordem ou da sanção."

Celso Antonio Bandeira de Mello fala, inclusive, do caráter confiscatório da multa exageradamente fixada (ob. cit. p. 756):

"Tal como as demais sanções administrativas, as multas têm que atender ao princípio da proporcionalidade, sem o quê serão inválidas. Além disto, por muito grave que haja sido a infração, as multas não podem ser "confiscatórias", isto é, de valor tão elevado que acabem por compor um verdadeiro confisco. Nisto há aprazível concórdia tanto na doutrina como na jurisprudência."

Não bastasse, o cálculo efetuado pelo agente ambiental responsável pela lavratura do auto de infração, como visto em outro tópico, é absolutamente arbitrário, sendo sua interpretação do Decreto sancionatório absolutamente descabida e desproporcional. O abuso é evidente.

Acrescente-se, ainda, que o Decreto no qual baseou-se o agente fiscal é fluído demais.

Esse intervalo excessivamente fluído entre o mínimo e o máximo, esse "grande cânion", é vedado por força do princípio da proporcionalidade, por transferir o direito de proporcionalizar a sanção do Legislativo para o agente do Executivo. Pela derradeira vez, citamos o magistério do Prof. Celso Antonio Bandeira de Mello que, convenhamos, encaixa-se como uma luva à hipótese vertente (ob. cit. p. 750):

"Veja-se: ninguém consideraria obediente ao princípio da legalidade a norma penal que estabelecesse para os crimes em geral, ou mesmo para um dado crime, dependendo de sua gravidade, sanções que iriam de 2 meses a 30 anos de pena privativa de liberdade. Regramento de tal ordem, em rigor de verdade, não estaria previamente noticiando ao administrado a consequência jurídica imputável à conduta ilícita."



O vício que se lhe increparia é o de que a identificação da sanção não teria atendido ao mínimo necessário para sua validade, pois a liberdade conferida ao juiz seria de tal ordem que o cidadão não estaria governado pela lei, mas pelo juiz – traindo-se, dessarte, o velho e fundamental princípio segundo o qual no Estado de direito vigora a "rule of law, not of men".

Assim também não se poderá considerar válida lei administrativa que preveja multa variável de um valor muito modesto para um extremamente alto, dependendo da gravidade da infração, porque isto significaria, na real verdade, a outorga de uma "discricionariedade" tão desatada, que a sanção seria determinável pelo administrador e não pela lei, incorrendo esta em manifesto vício de falta de razoabilidade. É dizer: teria havido um simulacro de obediência ao princípio da legalidade; não, porém, uma verdadeira obediência a ele. Norma que padecesse deste vício seria nula, por insuficiência de delimitação da sanção."

Reflui cristalina, portanto, a rotunda inconstitucionalidade do art. 49 do Decreto 3.179/99 que, além invadir competência exclusivamente legislativa, contém intervalo punitivo excessivamente fluido, o que afronta os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade.

Também nesse particular, portanto, a multa é ilegal e nula de pleno direito por ter infringido o princípio da proporcionalidade, seja em razão do caráter confiscatório da multa, seja porque baseada em dispositivos regulamentares (sequer legais) excessivamente fluídos.

Desta forma, ante as patentes irregularidades existentes no Auto de Infração, bem como falta específica de informações sobre o que efetivamente ocorreu, não autoriza a emissão do mesmo e conseqüentemente, as aplicações das multas pecuniárias devidas.

Sem respaldo técnico emitido por pessoa competente da área, não se aplicam, por analogia ou por presunção, as infrações alegadas à empresa ora Recorrente.



Requer-se igualmente à este E. Órgão, que seja realizada devida perícia na área em questão, com a apresentação de Laudo Geográfico e detalhado em sua parte técnica referente às mencionadas matas nativas, fundamentado em pontos técnicos que dão raso à aludida menção de infração cometida.

Requer-se igualmente a produção de prova testemunhal a ser oportunamente arrolada, vistorias técnicas, perícias técnicas e demais provas permitidas sem ressalva de nenhuma outra por ventura passível ao caso em tela.

Requer-se, reiterando, a intimação e denúncia ao presente Auto de Infração de nº 066494/2007, da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso; CODEMA de São Sebastião do Paraíso; Araguaia Minas Ltda.; Condomínio Campo Alegre e Proprietários de lotes do Condomínio Campo Alegre.

Espera por fim, a improcedência do Auto de Infração, com a devida baixa e extinção do mesmo.

Respeitosamente,

P. deferimento.

De São Sebastião do Paraíso para Varginha,  
aos 30 de Junho de 2008.

  
P.p. Ravel Maldini Borges